

O lugar formativo do jornalismo pós-pandemia de covid-19: a voz de jornalistas especialistas, a universidade e suas possibilidades

The formative place of journalism after the COVID-19 pandemic: the voice of specialist journalists, the university and its possibilities

Thalita Mascarelo da Silva¹

Resumo

O trabalho propõe uma discussão sobre o papel formativo em jornalismo no Brasil no que tange à especialização em ciência e, mais especificamente, em saúde, tendo como inquietação principal o marco paradigmático constituído pela pandemia e (des)infodemia de covid-19. Para isso, baseia-se em revisão bibliográfica, entrevistas com jornalistas especializados em ciência, saúde e ambiente, além de considerar a Universidade como um pilar de possibilidades que garantem o espaço necessário para que haja uma maior especialização na formação do futuro jornalista. Dessa forma, conclui-se que valorizar as especificidades do empírico tensionam critérios universais do jornalismo, favorecendo uma interdisciplinaridade bem-vinda para uma informação mais qualificada, podendo firmar o jornalista como um especialista/perito de um determinado conhecimento.

Palavras-chave: Formação em jornalismo. Jornalista. Jornalismo especializado.

Abstract

This paper proposes a discussion on the formative role of journalism in Brazil regarding specialization in science and, more specifically, in health, focusing primarily on the paradigmatic framework established by the covid-19 pandemic and (dis)infodemic. To this end, it is based on a literature review and interviews with journalists specializing in science, health, and the environment. It also considers the university as a pillar of possibilities that guarantees the necessary space for greater specialization for the future journalist. Thus, it is concluded that valuing the specificities of the empirical puts tension on universal criteria of journalism, favoring a welcome interdisciplinarity for more qualified information, which can establish the journalist as a specialist/expert in a certain knowledge.

Keywords: Journalism education. Journalist. Specialized journalism.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde na Fiocruz/ICICT, Mestra em Comunicação e Territorialidades pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela UFES. E-mail: thalitamascarelo@outlook.com

Introdução

A pandemia de covid-19 consiste em um marco global no que tange emergências sanitárias e sua vinculação irremediável com as ciências sociais e humanas. Devido à sua complexidade, precisa ser revisitada em um contínuo processo de reflexão interdisciplinar para construção de respostas diante de novos desafios que já são percebidos. Os impactos do momento crítico da covid-19 continuam reverberando com outras roupagens, como as novas elaborações de movimentos antivacina, alegando direitos civis e falta de confiança no governo (Costa; Silva, 2022). As consequências perpassam e ultrapassam a covid-19 e levam à diminuição das coberturas vacinais, o que resulta em baixa adesão individual e coletiva (Da Conceição Ramos *et al.*, 2023).

A informação e a comunicação, nesse contexto, são elementos imbricados no processo do direito à saúde e, para se entender o atual momento histórico e suas já evidentes consequências, é fundamental considerar a disseminação de informações de cunho científico e a multiplicação de desinformação em saúde (Lima, 2022). Por isso, a pandemia de covid-19 pode ser entendida como um marco paradigmático na contemporaneidade, o qual inseriu o jornalismo dentre as problemáticas, ao ser o espaço considerado prioritário para busca de informações verídicas sobre a, até então, desconhecida doença. Houve uma alta procura por informação confiável por parte do público. A Folha de S. Paulo, assim como outros veículos de comunicação, bateu recordes seguidos de visitas durante a pandemia, mesmo com questionamentos sobre a sua credibilidade e utilidade (Paul; Becker, 2020).

A cobertura jornalística de assuntos em meio a uma crise, como foi a covid-19, evidenciou uma imprensa despreparada: “[...] O New York Times dedicou um espaço importante aos médicos que fazem dieta para falar sobre epidemiologia; a TV já convidou um cirurgião de coluna para falar sobre a pandemia” (Paul; Becker, 2020, p. 80). Esses indícios demonstram que pautar saúde-doença demanda não apenas o aparato técnico, mas conhecimentos específicos que auxiliem a alcançar maior criticidade, por exemplo, perante as fontes de notícias. Ademais, noticiar a doença é ir além da doença: é preciso tomadas de decisão de enquadramento correlacionadas a conhecimento de área para que o jornalismo não se equipare à desinformação.

A partir desses apontamentos iniciais, questiona-se: qual o lugar social da formação em jornalismo no Brasil na atual conjuntura midiaticizada de imbricamento entre saúde e (des)informação? É nesse cenário que se encontra a dualidade da crescente desvalorização

da profissionalização do jornalismo e da importância da formação acadêmica na qualificação ética, intelectual, técnica e não menos importante, especialista, do futuro jornalista.

Nesse sentido, para além das manifestações propriamente noticiosas – predominantes no jornalismo cotidiano – deve-se observar como se dá a especialização jornalística como um processo outro, que envolve demanda teórica-metodológica e epistemológica, tendo como pano de fundo a formulação de uma disciplina específica no curso de jornalismo, explicitando-se um movimento: o da reflexão sobre o universal a partir do tensionamento de particularidades e das processualidades que as constituem. E, uma vez realizado esse percurso, fundador daquilo que se pode/poderá tomar por Jornalismo Especializado, este último passa a estar sujeito, como campo de saber, às variações intrínsecas que seus próprios objetos, empíricos ou não, lhes enviam/enviarão e lhes solicitam/solicitarão. Algo que diz do fazer científico em geral e, acima de tudo, da relação fundante que este possui com a realidade para o qual ele se volta e da qual ele mesmo faz parte (Tavares, 2007, p. 129).

Considera-se, assim, fundamental a reflexão sobre a especialização, tomando como recorte o jornalismo científico e em saúde após a crise da pandemia de covid-19. Objetiva-se refletir sobre o jornalismo especializado e seu imbricamento entre preceitos universais do jornalismo e as especificidades dos objetos empíricos sobre os quais os jornalistas precisam se debruçar no cotidiano da profissão. Para isso, a discussão se baseia em revisão bibliográfica e dados empíricos de entrevistas com jornalistas, durante a pandemia de covid-19, que se especializaram em noticiar sobre assuntos da ciência e da saúde no Brasil.

3

Metodologia

Por ser uma pesquisa cujo tema se insere no repensar sobre a formação do jornalismo no Brasil, optou-se por uma busca bibliográfica, dentre os anos 2000 a 2020, a título de embasamento e revisão teórica, em dois bancos de dados nacionais: o Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto, Oasisbr, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e a Scielo Brasil. Suas bibliotecas digitais não se restringem a publicações brasileiras, ao mesmo tempo em que reúnem significativos conteúdos científicos produzidos por pesquisadores de instituições brasileiras, publicados em sistemas agregadores de produção e dados científicos.

O foco da revisão da literatura foi identificar estudos que abordam o currículo na formação em comunicação e em jornalismo considerando ciência e, mais especificamente, saúde. Dos que tematizaram jornalismo e ciência e/ou saúde, a maioria dos resultados se concentrou no fator da divulgação científica e popularização da ciência pelas universidades, além de análises sobre iniciativas pontuais de cursos e projetos de determinadas universidades. No Brasil há poucas publicações sobre jornalismo especializado, sendo a

maioria ainda de cunho mais "manualista" e menos teórico, bem como poucos cursos e mesmo disciplinas e seminários voltados para o tema (Tavares, 2007, p. 116).

Uma pesquisa que se sobressaiu, todavia, evidenciou que a grande maioria dos cursos de Graduação em jornalismo (173 dos 205 existentes), até o momento daquele estudo, não havia incorporado em suas grades curriculares disciplinas ou atividades específicas da área de jornalismo científico (Caldas, *et al.*, 2005). Em uma análise qualitativa, sobre os cursos de Graduação e observando as ementas, criticou-se a desconexão dos conteúdos com aspectos basilares como a sociologia da ciência, história e filosofia da ciência (Caldas *et al.*, 2005).

Mais recentemente, o estudo de Franco *et al.* (2016) traz resultados que demonstram certo avanço nessa trajetória, embora ainda pouco significativo. Em uma discussão em torno dos currículos, na graduação em Comunicação Social no Brasil, tendo como busca a integração entre comunicação, saúde e meio ambiente na oferta de disciplinas, a quantidade encontrada pelas pesquisadoras demonstra um começo de abordagem, ainda que de maneira incipiente: as disciplinas com essa integração representam apenas 6% dos cursos. Diante disso, as autoras problematizam se os currículos de comunicação incorporam de fato as demandas sociais e do trabalho dos futuros comunicadores e jornalistas.

Isto posto, revelam-se dois problemas: uma significativa carência que persiste de disciplinas e atividades voltadas para a área da ciência e saúde nos cursos de jornalismo e uma lacuna no debate científico sobre a formação em jornalismo considerando a especialização, o que resulta em coberturas jornalísticas superficiais e em discussões limitadas por parte das assessorias de comunicação ou dos profissionais encarregados das relações públicas no mundo corporativo e no terceiro setor (Franco *et al.*, 2016).

O segundo passo metodológico partiu do entendimento da importância de se escutar os próprios profissionais formados nas universidades brasileiras e que trabalham cotidianamente informando a população sobre ciência e saúde. Os dados empíricos das entrevistas foram coletados em 2020 e 2021, no contexto crítico da pandemia. Os seis jornalistas selecionados, após observação e busca na internet de forma qualitativa, foram considerados devido ao seu histórico de atuação especializada no jornalismo em ciência e saúde no Brasil e por atuação jornalística durante a pandemia de covid-19, inclusive nas mídias sociais. No geral, o estado de espírito dos entrevistados inspirava confiança e tranquilidade, já que são especialistas nas áreas em que atuam. As entrevistas foram realizadas por meio digital, por videoconferência, na plataforma *Zoom*. As entrevistas foram

realizadas após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob parecer de n. 4404859, de 24/11/2020.

As entrevistas seguiram a denominação de semiestruturadas, isto é, perguntas previamente pensadas e controladas pela teoria e direcionadas de acordo com as hipóteses e problemática do estudo (Flick, 2008). Esse tipo de abordagem auxilia no propósito de tornar explícito o conhecimento do entrevistado através de respostas, provenientes de perguntas abertas permitindo que o entrevistado expresse espontaneamente uma reconstrução de suas teorias subjetivas sobre os temas explorados nas perguntas (Flick, 2008). Assim, um roteiro-base foi criado com os seguintes temas: identificar o entrevistado; investigar seu posicionamento sobre a especialização em ciência e saúde na formação jornalística; entender a percepção dos jornalistas sobre a crescente prática de cientistas e médicos nas mídias sociais digitais, isto é, suas possíveis fontes de notícias especializadas.

É importante pontuar que a análise efetivada a seguir lida com três aspectos fundamentais: a polifonia, o dialogismo (Bakhtin, 2016) e a memória (Halbwachs, 2006). A polifonia é percebida no fato de os entrevistados serem representantes de determinada área, a jornalística. Os atores entrevistados, por vezes, expressaram-se no plural ou da forma que se percebe que não estão falando apenas por si mesmos, mas sim da profissão da qual fazem parte. Nesse sentido coletivo, também foram perceptíveis disputas de sentidos em determinadas nuances de pontos de vista. O dialogismo também se faz presente por meio do processo interpretativo de análise das falas, com o intuito de relacioná-las em meio à discussão, buscando a ressonância da classe, já que todos responderam às mesmas questões.

A memória, por isso, é fator importante. O caráter da memória é ativado constantemente para responder às perguntas. As memórias, embora possuam limitações de seletividades naturais e individuais, constituem ingrediente importante na compreensão do tecido social e na construção de uma memória coletiva (Halbwachs, 2006) a partir de sua integração. Assim, o estudo se baseia na percepção humana, que está sempre sujeita a mudanças e tem como uma importante característica crítica o repensar das práticas individuais e coletivas.

O método de organização e consulta do material empírico baseou-se na análise temática de conteúdo, propiciando obter um olhar abrangente da realidade sobre rupturas e continuidades das representações sociais. Segundo Bardin (1979, p. 42) a análise de conteúdo tem por definição “um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo, indicadores que

permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção de mensagens”.

A decisão das categorias foi tomada, principalmente, de acordo com a observação e investigação do fenômeno que se revela, portanto, é um processo orgânico da pesquisa, por meio de tentativas. Para isso, três etapas foram seguidas: 1) pré-análise que incluiu a leitura flutuante das entrevistas transcritas, a organização do material e a seleção das falas dos entrevistados; 2) exploração do material com a codificação e a inclusão dos excertos nas categorias criadas; 3) tratamento e interpretação dos resultados, o que inclui a discussão dos trechos selecionados à luz das teorias que embasaram a pesquisa. Foram estabelecidas duas categorias de análise: a ciência como fundamento na formação jornalística especializada; o jornalismo especializado em saúde e o jornalista-especialista.

A ciência como fundamento na formação jornalística especializada

A trajetória do jornalismo científico no Brasil acompanha a da imprensa nacional. Seu pioneiro, Hipólito da Costa, fundador do Correio Braziliense, deixou seu legado desde o final do século XVIII (Bueno, 2010) ao reportar ciência e tecnologia. Outro grande nome da divulgação científica brasileira foi José Reis, que participou da criação e consolidação de instituições como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) (Massarani; Alves, 2019). No século XX, a divulgação científica se intensificou, tornando-se mais popular e, a partir da década de 1970, foi reconhecida pelos jornais como especialização, ganhando editoriais próprios, o que garantiu maior relevância ao jornalismo científico (Moraes; Carneiro, 2018). No que diz respeito à função social, os trabalhos desses dois campos, jornalismo e ciência, articulam-se em prol de ações e políticas públicas. Nesse contexto, a Universidade configurava-se como um polo importante para efetivar essa articulação, privilegiando o conhecimento e a ética, de modo que esses valores tensionem o trabalho dos profissionais no mercado.

Os entrevistados pontuaram que a pandemia foi preponderante para evidenciar a necessidade de o jornalista compreender o processo científico, visto que esse conhecimento confere mais propriedade à escrita e mais criticidade na seleção dos estudos que embasam a notícia.

“Acho que tem jornalista que cobre um pouco de tudo, mas acho que é totalmente diferente a cobertura que é feita quando o jornalista é especializado no tema. A gente está vendo isso na pandemia. Muito jornalista que caiu de paraquedas na cobertura de saúde/ciência e às vezes publicam

com algumas incorreções, por falta de conhecimento. Você tem que saber interpretar uma pesquisa científica, entender a metodologia do artigo – um estudo clínico duplo cego é diferente de um estudo observacional. Você precisa minimamente ser especializado para saber, porque existem especificidades que a contextualização pode ficar prejudicada” (Cambricoli, 2021).

O jornalismo especializado é um elemento ainda jovem no campo de estudos e sua discussão é complexa, pois tem sido pensado mais em termos de normatizações, técnicas e práticas do que conceitualmente (Tavares, 2007). O foco específico deste artigo, o jornalismo científico e em saúde, demanda por si só uma fundamentação epistemológica e normatizações próprias, exigindo uma reflexão crítica sobre suas particularidades.

A imprensa tem como característica informar de forma genérica sobre assuntos específicos, ou seja, a especialidade é inerente à profissão. No entanto, como pontua Tavares (2007), a necessidade de especializar o jornalismo a partir de regimes de produção, como noticiabilidade, visibilidade e periodicidade e em diferentes meios superou e, mais ainda, caminhou ao encontro da lógica de outra forma de especialização jornalística: a temática. Esta, por si só, demanda uma formação adequada.

O cenário atual de expansão de meios – multitelas e pluralidade de emissores –, todavia, requer um repensar sobre essa desvalorização. Isso porque os jornais já não centralizam e filtram a informação disseminada para a população como na época dos meios de comunicação de massa, que detinham o monopólio da fala (Sodré, 1984). É preciso, dessa forma, buscar outras soluções para manter o interesse dos leitores e garantir a continuidade dos periódicos. A formação universitária, por meio de disciplinas específicas e outros recursos que possam ser correlacionados, é crucial para que a especialização seja consolidada e integrada a uma nova metodologia de trabalho jornalístico, geradora de novos produtos que associam jornalismo e ciência como apontam os entrevistados:

“Acho que mais importante do que o jornalista que quer trabalhar com ciência, ter alguma especialização ciência, físico, biólogo... é mais importante ele entender o processo e o método pelo qual a ciência é produzida. A ciência é formada por consenso, que pode ir mudando com o tempo. Quer dizer, entender essa base sociológica e filosófica por trás de como a ciência é feita” (Orsi, 2020).

“Eu acho que seria importante as faculdades terem uma matéria introdutória [em ciência]. Mas o jornalismo é sempre o mesmo? Não é bem assim, o

jornalismo científico tem características bem próprias que você não vê em outras editorias. É difícil cair de paraquedas na área de ciência e começar a fazer” (Caires, 2020).

No Brasil, autores como Lage (2005) e Lustosa (1996) abordam a especialização jornalística e classificam as editorias como divisões temáticas inerentes à lógica da profissão. A partir disso, é possível traçar uma reflexão sobre a especialização no jornalismo. Nilson Lage (2005, p. 109) argumenta que, se as redações criaram editorias específicas para áreas de conhecimento cotidiano relevantes, isso pressupõe a necessidade de domínio especializado. Assim, os jornalistas devem ser especialistas, pois cabe a eles, como agentes do público, relatar os fatos não apenas com base no senso comum, mas também com rigor ético-jornalístico e com critérios do campo, já que o especialista em ciência pode ser uma fonte com interesses pessoais, sendo mais produtivo para a sociedade que o jornalista se especialize.

O pensamento de Lage (2005) se refere a um conhecimento jornalístico singular, situado entre o senso comum e o científico, mas com fundamentação própria, o que exige especialização. Lustosa (1996), por sua vez, avança numa perspectiva mais sociológica, demonstrando que o conceito de especialização no jornalismo, ligado à divisão do trabalho, integra o desenvolvimento social e a setorização do conhecimento – reflexo dos preceitos modernizadores. O jornalismo é, assim, mais um espaço dessa manifestação na prática do trabalho, embora, na formação profissional universitária no Brasil, essa dimensão ainda não seja compreendida como basilar e fundamentalmente relevante.

“Eu acho fundamental [ter na formação], o caminho é você ter um jornalismo especializado. O jornalismo está mais nichado. Vai ser um grupo menor de pessoas que vai estar disposta a pagar por aquilo. E quem está disposto a pagar, quer algo qualificado. Ciência e saúde que são primas-irmãs, meio ambiente também. Eu não entendo nada de mercado, como vou cobrir economia? É muito especializado. A pessoa está pagando por uma curadoria: me diz o que é importante, me diz bem dito. Senão realmente é o fim da profissão” (Azevedo, 2021).

Esse tipo de jornalismo busca intermediar saberes especializados na sociedade, construindo um discurso noticioso que promove um conhecimento singular, fundado na compreensão conjunta do universo científico e do senso comum (Tavares, 2007). Trata-se de uma característica que, como aponta também Ramírez (1999), consolida o seu lugar como

disciplina, na medida em que direciona e formata os seus objetos de estudo e constrói o seu próprio paradoxo epistemológico: o jornalismo especializado é 'uma disciplina especializada em unificar as distintas especializações' (Ramirez, 1999, p. 9).

Para o jornalista, escrever sobre informações científicas a partir de discursos especializados é uma tarefa complexa. Como há uma lacuna em sua formação, o profissional muitas vezes não compreende essa prática como uma modalidade jornalística em si, que funda um campo específico dentro do jornalismo, mas sim como uma mera 'tradução' do discurso científico para o jornalístico. Bueno (2010) menciona que o jornalista atuando como divulgador científico frequentemente não possui a capacitação necessária, o que abre margem para a espetacularização da ciência. Além disso, essa lacuna leva o profissional a assumir uma posição acrítica em relação às informações fornecidas pelas fontes consultadas.

De modo geral, as matérias utilizam predominantemente falas de fontes oficiais, como governo e secretarias de saúde, com algum acréscimo de declarações de cientistas e pesquisadores. Essa relação cultural do jornalismo com fontes oficiais e oficiosas, conhecida como jornalismo declaratório, é entendida por Abramo (2016) como um 'padrão da inversão'. Ao priorizar a versão oficial, inverte-se a lógica dos fatos pela lógica da versão, escolhida pelos jornais como a mais adequada, o que resulta num autoritarismo do oficialismo.

Nesse sentido, a percepção dos jornalistas aponta para a falta de uma formação mais consolidada no Brasil no que diz respeito à especialização como meio de gerar conhecimento para o futuro profissional. A competência para cobrir jornalisticamente temas especializados não pressupõe, necessariamente, uma pós-graduação ou especialização *lato sensu*.

Oferecer disciplinas com uma estratégia teórico-metodológica para criar um sentido e uma fundamentação do que é ser formado como jornalista especialista. Essa é uma competência já historicamente consolidada nas editorias, mas que demanda um conhecimento específico, por exemplo, sobre:

[...] a relação histórica entre ciência e divulgação, o entendimento da Ciência e do Jornalismo como construções sociais [e] o fortalecimento das bases de compreensão do método científico, tirando o foco dos resultados e redirecionando os olhares para a compreensão dos processos e das rotinas de produção (Caldas et al., 2005, p. 14).

“É preciso sim estar na formação. Países que têm jornalismo mais maduro nem diz jornalista de ciência. Fala-se jornalista de física, jornalista de saúde – mais específico ainda. Temos que ter clareza que o jornalismo especializado é antes de tudo jornalismo e a prática do jornalismo é uma só: você acha uma pauta, investiga, fala com pessoas e você escreve um texto tentando contar uma história nova, algo que seja impactante socialmente para

a vida dos leitores. A mesma coisa que faz em ciência faz em economia, mas a especialização torna melhor, gera mais conhecimento, entende mais daquele processo e escreve melhor” (Righetti, 2021).

Assim, pensar o jornalismo como conhecimento é defender a autoridade epistêmica do trabalho do jornalista, a figura do jornalista-intelectual. Os jornalistas aqui entrevistados, entretanto, compõem ainda um grupo seletivo no Brasil, que pôde escolher atuar como jornalista especialista no nicho de ciência e saúde. O consenso entre eles foi na direção da importância da especialização, embora com nuances: alguns enfatizaram mais a compreensão dos fundamentos científicos gerais, enquanto outros defenderam uma formação temática específica.

O jornalismo especializado em saúde e o jornalista-especialista

Em um cenário em que a covid-19 fez com que o tema saúde se tornasse, contundentemente, um protagonista em sua profundidade interdisciplinar, o jornalismo se apresentou como um importante pilar social e institucional de autoridade informativa, auxiliando na aplicabilidade do direito humano à informação, em meio a uma turbulenta sociedade midiaticizada.

A circulação da informação consiste em aspecto central no mundo globalizado e digitalizado. A Organização Mundial da Saúde (OMS) alertou que o problema da covid-19 deveria ser considerado intrinsecamente ligado a uma infodemia (OPAS, 2020). O termo refere-se ao grande aumento no volume de informações associadas a um assunto específico, que podem se multiplicar exponencialmente em pouco tempo em decorrência de um evento de grande impacto (OPAS, 2020).

A OMS, dessa forma, reconheceu a infodemia como problema de saúde pública em 2020, explicitando que pode causar confusão e comportamentos de risco que prejudicam a saúde. Também leva à desconfiança nas autoridades de saúde e prejudica a resposta da saúde pública. Uma infodemia pode intensificar ou prolongar os surtos quando as pessoas não têm certeza do que precisam fazer para proteger sua saúde e a saúde das pessoas ao seu redor. Com a crescente digitalização – e a expansão das mídias sociais e do uso da internet – as informações podem se espalhar rapidamente. Isso pode ajudar a preencher lacunas de informações, mas também pode amplificar mensagens prejudiciais.

Diante disso, outro elemento marcante do período pandêmico foi o espaço protagonista alcançado pelos divulgadores científicos, que passaram a utilizar principalmente as mídias sociais digitais para informar seu público diretamente, a partir de sua *expertise*.

Esses atores deslocaram-se do papel tradicional de fontes consultadas por jornalistas para o de *news promoters* (Molotch; Lester, 1993), comunicando-se com o público sem a mediação jornalística. Para os jornalistas especializados em ciência e saúde, essa nova realidade não representa uma interferência negativa em seu trabalho, pelo contrário, a relação tornou-se colaborativa, o que demonstra uma reconfiguração dinâmica na relação jornalista-fonte:

“Eu acho ótimo cientistas nas redes sociais. Muitas vezes eu estou sabendo o que está acontecendo pelas redes. Primeiro eles colocam nas redes, não tem mais aquele movimento de primeiro procurar o jornalista. Eles colocam na rede, aí acionam a gente. As redes sociais bem usadas, a gente ganha agilidade, consegue aumentar o número de fontes. Isso tem acontecido, durante a pandemia, meu banco de fontes cresceu enormemente por conta das redes sociais” (Collucci, 2020).

“Eu acho ótimo para diálogo com eles. Isso não significa passar por cima de assessoria de imprensa. O caminho tem que ser sempre institucional, quando tem. Mas eu já fiz isso muito, não só cientistas, mas pessoas em geral. Ou mandar uma DM, ou marcar @ e muitas vezes funciona, principalmente Twitter, uso muito. Ou eu joga uma dúvida ‘gente, não estou entendendo a fórmula da eficácia’ e vem um monte de cientista para explicar. Eu vou usando isso para tirar dúvida mesmo. Acho uma super ferramenta” (Righetti, 2021).

“Eu vejo totalmente como colaboração. Temos que ver que eles estão na mesma missão que a gente. Informação de cientistas e divulgadores científicos podem salvar vidas, não é exagero falar isso. E eles por estarem dentro do campo científico, eles divulgam os estudos antes da gente. Quando eles divulgam a gente fica sabendo para fazer matéria também. Às vezes a nossa matéria tem mais contextualizações, a pessoa vê no Twitter e vai procurar na imprensa também, então acho que é mais um complemento” (Cambricoli, 2021).

Diante desse contexto de novas complementaridades no fazer jornalístico que independem das redações, mas que podem ser colaborativas, não seria crucial resgatar, na formação do jornalista, a ideia do intelectual? Isto é, a noção de que o jornalista é, ele próprio, um especialista? De acordo com Bourdieu (1997), o jornalista-intelectual é o ator social de um campo científico dotado de práticas e saberes próprios – entendimento que também define o campo jornalístico. Trata-se de uma figura híbrida, meio jornalista e meio especialista, cujo

papel é fundamental para que o campo jornalístico exerça influência sobre outros campos. Essa autoridade é somada à sua função social primordial: dar acesso ao público geral, não especialista, a discursos especializados que fundamentam a tomada de decisões individuais e coletivas.

O jornalista em geral, e o científico em particular, pode se colocar como um intelectual do conhecimento e um historiador do cotidiano. É nesta condição que poderá exercer de forma mais crítica sua responsabilidade social (Caldas, et al., 2005). No que diz respeito à informação em saúde, é imperativo a compreensão de elementos básicos, como a própria existência e o significado do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil.

“Saúde é um campo gigantesco, só o SUS já é um mundo, diversas portarias, regras, lutas políticas e disputas ideológicas. Tem toda uma pressão do setor privado que a gente vê ditando regras esses anos todos. E tem muita gente que tem plano de saúde, então a gente não pode esquecer essa parte privada também. É uma área que a gente tem sempre que estar se aperfeiçoando, é muito conflito de interesses. Se você não está mergulhada nela e conversando com pessoas, estudando, lendo o que está sendo publicado, você não acompanha” (Collucci, 2020).

O Sistema Único de Saúde (SUS) constitui uma conquista sociopolítica e sanitária fundamental no Brasil. Trata-se de uma instituição de valor cultural, que precisa integrar conscientemente a vida dos cidadãos, de modo a fomentar a mobilização social para o seu aprimoramento contínuo e para a sua defesa enquanto instância provedora do direito à saúde no país, pautada pelos princípios da universalidade, da equidade e da integralidade.

Desse modo, mesmo em contextos fora de crises sanitárias, o SUS apresenta-se como um sistema complexo de compreender e pautar jornalisticamente, uma vez que sua atuação não se restringe à prática hospitalar. A sua cobertura demanda conhecimentos especializados sobre a gestão da saúde pública, a relação entre os setores público e privado, os dados epidemiológicos e a dinâmica saúde-doença no país. Estudos indicam que as práticas jornalísticas relacionadas ao SUS são frequentemente veiculadas de maneira negativa e fragmentada na mídia, sendo comumente retratado como um “SUS-problema” (Silva; Rases, 2014).

Os assuntos relacionados à saúde passaram a ser divulgados de modo mais abrangente no Brasil, especialmente a partir do final dos anos 1980, quando a saúde se tornou uma obrigação pública. Esse marco está previsto no Artigo 196 da Constituição Federal de

1988, que estabelece: “a saúde é direito de todos e dever do Estado” (Brasil, 1988). Para além de meras questões biológicas do corpo, a saúde transformou-se em pauta coletiva e universal, culminando na criação do SUS em registro oficial, em 1990, com a promulgação da Lei nº 8080, em 19 de setembro, conhecida como a Lei Orgânica da Saúde (Brasil, 1990). Trata-se de uma conquista alcançada principalmente pela militância do Movimento da Reforma Sanitária (Paim, 2009).

Seguindo a demanda social crescente pelo tema, os jornais também passaram a pautar mais intensamente assuntos de saúde. Esse crescimento pode ser verificado por meio de uma rápida observação dos principais produtos jornalísticos: nota-se uma profusão de capas de revistas e jornais, programas de televisão e matérias em sites noticiosos veiculando informações sobre novos medicamentos, a importância da dieta, a eclosão de novas epidemias e o surgimento de variantes de doenças, como a dengue (Lerner; Sacramento, 2014).

Ainda assim, os periódicos tendem a priorizar o infoentretenimento em detrimento de informações substantivas sobre ciência e saúde – privilegiando sobretudo o que é inusitado ou temas de caráter superficial. Os jornais convencionais tendem a pautar saúde como mercadoria associando-a a produtos ou procedimentos, como dietas, suplementos alimentares, medicamentos e cirurgia bariátrica, sem abrir espaço para uma abordagem de promoção da saúde (Oliveira-Costa, et al, 2016).

As matérias, portanto, tendem a apresentar uma carência de embasamento técnico-científico e uma interpretação inadequada dos dados, o que compromete diretamente a qualidade e a credibilidade das informações veiculadas (Franco et al., 2016). Nota-se a ausência de critérios especializados que demandam um conhecimento específico da área. A pandemia, no entanto, inaugurou um novo momento de crescimento na cobertura de temas de saúde pelos jornais. Esse fenômeno cria novos indícios sobre a urgência de se voltar, academicamente, para a reflexão sistemática sobre temas interligados de ciência, saúde e meio ambiente.

“O que eu vejo nos últimos anos é que o jornalismo de saúde cresce. Na pandemia é perceptível, tem ciência, mas tem muito de saúde: a desassistência, a falta de respiradores, isso é saúde na prática no dia a dia. E infelizmente o jornalismo geral não é muito valorizado, a menos que você vire um grande repórter investigativo, mas investigativo exatamente em quê? De novo, precisa se direcionar para uma área” (Collucci, 2020).

Pautar saúde significa informar sobre espaços decisivos de gerência da vida social. Implica interpretar os princípios jornalísticos à luz das especificidades dos temas em saúde. Por exemplo, é pertinente aplicar o princípio da equivalência de vozes, a busca pelos 'dois lados', quando já existe um consenso científico robusto, como no caso da ineficácia da cloroquina no tratamento da Covid-19? Dependendo da abordagem, a notícia pode gerar, inclusive, desinformação. Dessa forma, não basta compreender os critérios clássicos de noticiabilidade; é preciso fundi-los a um conhecimento específico do campo da ciência e da saúde. Esse é o tensionamento produtivo necessário: fazer com que as especificidades do campo desafiem os universais jornalísticos, e vice-versa, para que a cobertura seja tanto precisa quanto socialmente responsável.

Diante disso, conceber a formação jornalística especializada significa compreendê-la não como um apêndice, mas como um fundamento essencial da formação global do profissional, um componente curricular que pode também integrar atividades de pesquisa e extensão. Relacionar comunicação, informação e saúde consiste em envolver os estudantes em saberes e práticas interdisciplinares, formando não apenas técnicos, mas profissionais críticos.

14

Considerações finais

Este trabalho buscou refletir sobre o papel formativo em jornalismo no contexto pós-pandemia de covid-19, que acelerou e intensificou dinâmicas nas quais o jornalismo precisa se inserir e atuar: a infodemia e a desinfodemia persistem, não apenas sobre a covid-19, mas sobre quaisquer outros assuntos de intenso interesse e debate público, devido ao caráter midiático da circulação informacional. Temas como ciência, saúde e ambiente tornam-se alvos constantes de grande repercussão, representando um desafio para a cobertura jornalística.

Dessa forma, o jornalismo precisa posicionar-se como campo perito e, para tal, demonstrar a importância do processo formativo universitário. A discussão central do estudo articula a necessidade de a formação em jornalismo criar espaço para a especialização, transcendendo a técnica de construção da notícia, baseada em critérios universais de noticiabilidade e nas finalidades jornalísticas, considerando as características do veículo de transmissão, mas avançar para uma reflexão conceitual sobre jornalismo especializado. Essa reflexão deve evitar subjugar as especificidades e processualidades dos temas sobre os quais se informa. Em outras palavras, é necessário promover um tensionamento produtivo entre as

editorias temáticas e os valores universais do campo, ancorado no conhecimento teórico e processual da ciência e da saúde, áreas centrais neste debate.

Vale ressaltar que lutar por um jornalismo mais qualificado, embora crucial, não é suficiente para combater a desinformação, dada a natureza multidimensional desse fenômeno. No entanto, associar a formação jornalística a essa empreitada reforça o papel da Universidade, principalmente por meio do repensar disciplinar – mais um pilar institucional relevante na abordagem do problema, como esboçado aqui. Percebe-se, assim, que este estudo explora parcialmente essa questão contextual, sendo fundamental a realização de novas pesquisas que abordem, por exemplo, a participação do Estado nesse enfrentamento, bem como a importância de fortalecer esse debate sobre a formação nos cursos de jornalismo no período pós-pandemia e constante infodemia, a fim de compreender possíveis processos de transformação em curso.

Referências

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.

AZEVEDO, Ana Lúcia. Ana Lúcia Azevedo [Depoimento]. Entrevistadora: Thalita Mascarelo da Silva. Vitória, Ufes. 1 arquivo em mp4 (52 min.). Depoimento concedido para a dissertação **As transformações no jornalismo científico brasileiro: o impacto da pandemia da covid-19 na relação entre jornalistas e cientistas**. 20 jan. 2021.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.

BORDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Cap.II - Da Seguridade Social - Seção II: Da Saúde (art. 196 a 200). Disponível em: http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_200_.asp. Acesso em: 03 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: <https://goo.gl/twYSz>. Acesso em: 26 ago. 2025.

BUENO, Wilson Costa. Comunicação Científica e Divulgação Científica: Aproximações e Rupturas Conceituais, **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. esp, p. 1-12, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/6585/6761>. Acesso em: 26 ago. 2025.

CAIRES, Luiza. Luiza Caires [Depoimento]. Entrevistadora: Thalita Mascarelo da Silva. Vitória, Ufes. 1 arquivo em mp4 (53 min.). Depoimento concedido para a dissertação **As transformações no jornalismo científico brasileiro: o impacto da pandemia da covid-19 na relação entre jornalistas e cientistas**. 10 dez. 2020.

CALDAS, Graça; SOUSA, Cidoval Moraes; ALBERGUINI, Audre.; DINIZ, Augusto. O desafio da formação em Jornalismo Científico. In: XIV Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação em Comunicação Social (Compós), 2005, Niterói. **Anais GT Estudos de Jornalismo**. Niterói: UFF, 2005. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2005/trabalhos/o-desafio-da-formacao-em-jornalismo-cientifico>. Acesso em 26 ago. 2025.

CAMBRICOLI, Fabiana. Fabiana Cambricoli [Depoimento]. Entrevistadora: Thalita Mascarelo da Silva. Vitória, Ufes. 1 arquivo em mp4 (51 min.). Depoimento concedido para a dissertação **As transformações no jornalismo científico brasileiro: o impacto da pandemia da covid-19 na relação entre jornalistas e cientistas**. 15 jan. 2021.

COLLUCCI, Claudia. Claudia Collucci [Depoimento]. Entrevistadora: Thalita Mascarelo da Silva. Vitória, Ufes. 1 arquivo em mp4 (53 min.). Depoimento concedido para a dissertação **As transformações no jornalismo científico brasileiro: o impacto da pandemia da covid-19 na relação entre jornalistas e cientistas**. 20 nov. 2020.

COSTA, Tainá A.; SILVA, Eunice A. Narrativas antivacinas e a crise de confiança em algumas instituições. **RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 16, n. 2, abr./jun. 2022, p. 281-297, 2022. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/3229>. Acesso em: 26 ago. 2025.

DA CONCEIÇÃO RAMOS, Ana Carolina L.; PACHECO, Beatriz A. B.; SOUSA, Jennifer E. A.; PETRILLI, Jessica D.; COSTA, Gustavo N. O. Cobertura vacinal e o movimento antivacina: o impacto na saúde pública no Brasil. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 47, n. 1, p. 210-226, 2023. Disponível em: <https://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/3831/3208>. Acesso em: 26 ago. 2025.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FRANCO, Agatha S. C.; LEITE, Tatiana C.; LIMA, Raíza T. R. S.; AGUIAR, Adriana C. Saúde e meio ambiente nos currículos dos cursos de graduação em comunicação social no Brasil. **RECIIS – Ver. Eletron. Comum. Inf. Inov. Saúde**. v. 10, n. 4, 2016. Disponível em: <https://homologacao-reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1134>. Acesso em: 26 ago. 2025.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LAGE, Nilson. **A Reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro. Record. 2005.

LERNER, Katia; SACRAMENTO, Igor. **Saúde e Jornalismo**: Interfaces Contemporâneas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014.

LIMA, Nísia T. Pandemia e interdisciplinaridade: desafios para a saúde coletiva. **Saúde em Debate**, v. 46, n. spe, p. 9-24, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E601>. Acesso em: 01 set. 2025.

LUSTOSA, Elcias. **O texto da notícia**. Brasília. Ed. UnB. 1996.

MASSARANI, Luiza M.; ALVES, Juliana P. A visão de divulgação científica de José Reis. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 71, n. 1, p. 56-59, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602019000100015>. Acesso em: 26 ago. 2025.

MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, Nelson. (org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1993. p. 34-51.

MORAES, Eduardo C.; CARNEIRO, Erica M. M. A evolução do jornalismo na divulgação científica. *In*: VOGT, Carlos; GOMES, Marina; MUMIZ, R. (org.). **Com ciência e divulgação científica**. Campinas: BCCL/UNICAMP, 2018. p. 189-198. Disponível em: https://www.comciencia.br/wp-content/uploads/2018/07/livrocomciencia_cb.pdf. Acesso em: 26 ago. 2025.

OLIVEIRA-COSTA Mariella S.; AMORIM, Anne C. C. L. A.; CADAXA, Aede G.; MENDONÇA, Ana V. M. Promoção da saúde da mulher brasileira e a alimentação saudável: vozes e discursos evidenciados pela Folha de SP. **Ciênc. saúde colet.** v. 2, n. 6, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/chvPS5JBxyyJHXJzcv3Rhsl/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 ago. 2025.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. **Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19**, 2020. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/52054>. Acesso em: 03 nov. 2024.

ORSI, Carlos. Carlos Orsi [Depoimento]. Entrevistadora: Thalita Mascarelo da Silva. Vitória, Ufes. 1 arquivo em mp4 (84 min.). Depoimento concedido para a dissertação **As transformações no jornalismo científico brasileiro: o impacto da pandemia da covid-19 na relação entre jornalistas e cientistas**. 12 dez. 2020.

PAIM, Jairnilson. **O Que É O Sus**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

PAUL, Dairan; BECKER, Denise. (org.). Roteiro e produção das entrevistas de Andressa Kikuti Dancosky et al.; supervisão editorial de Rogério Christofoletti. **Ética jornalística e pandemia: entrevistas com especialistas**. Florianópolis: UFSC, 2020.

RAMÍREZ, Francisco. **Comunicación Especializada**. Tucuman: Alicante, 1999.

RIGHETTI, Sabine. Sabine Righetti [Depoimento]. Entrevistadora: Thalita Mascarelo da Silva. Vitória, Ufes. 1 arquivo em mp4 (64 min.). Depoimento concedido para a dissertação **As transformações no jornalismo científico brasileiro: o impacto da pandemia da covid-19 na relação entre jornalistas e cientistas**. 17 jan. 2021.

SILVA, Gabriela M.; RASERA, Emerson F. A construção do SUS-problema no jornal Folha de S. Paulo. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. 21, n. 1, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702013005000012>. Acesso em: 26 ago. 2025.

SODRÉ, Muniz. **O monopólio da fala: função e linguagem da televisão no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. O jornalismo especializado e a especialização periodística. **Estudos em Comunicação**, v. 5, 2007. Disponível em: <https://www.ec.ubi.pt/ec/05/pdf/06-tavares-acontecimento.pdf>. Acesso em 26 ago. 2025.

Submissão: 18 fev. 2025

Aceite: 02 set. 2025